

Hannah Arendt, Entre o passado e o futuro

Hannah Arendt, *Between the past and the future*

Guilherme Silva Ferreira¹

RESUMO: Na presente resenha é apresentado o ensaio *Verdade e Política*, publicado em fevereiro de 1967, no veículo *The New Yorker*, e integrado ao livro *Between Past and Future*, editado no ano seguinte. O ensaio traz luz à relação entre opinião e verdade, no âmbito da política, e fenômenos derivados, como a mentira organizada e a transformação de verdades (racionais ou fáticas) em opiniões. Trata-se, portanto, de uma obra extremamente relevante para a compreensão dos grandes eventos do século XX e, não menos, dos eventos políticos do primeiro quarto do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: verdade; opinião; política.

ABSTRACT: This review presents the essay *Verdade e Política*, published in February 1967, in *The New Yorker*, and integrated into the book “*Between Past and Future*”, published the following year. The essay sheds light on the relationship between opinion and truth, in the realm of politics, and derived phenomena, such as organized lying and the transformation of truths (rational or factual) into opinions. It is, therefore, an extremely relevant work for understanding the great events of the 20th century and, no less, the political events of the first quarter of the 21st century.

KEYWORDS: true; opinion; policy.

Nos seus anos de formação filosófica, Hannah Arendt conviveu com os mais brilhantes pensadores de sua época, tais como Heidegger, Jaspers, Hartmann e Husserl. Seu doutoramento ocorreu em 1929, Arendt tinha então 23 anos, e teve como resultado a tese sobre o “Conceito de amor em Santo Agostinho”, defendida na Universidade de Marburg. Essa história que parecia conduzir à academia mais uma mente brilhante foi bruscamente interrompida pelos bárbaros acontecimentos do século XX: a intensificação do antissemitismo, a ascensão de regimes totalitários na Europa, o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial. Eventos que marcaram todo o mundo, mas, em especial os judeus da Europa, que, como Arendt, vivenciaram de forma singular as angústias, tensões, medos e expectativas. Arendt, assim, teve sua trajetória intelectual e sua vida pessoal substancialmente marcada e alterada desde então. Engajou-se politicamente junto a grupos sionistas e por esse motivo foi presa; porém, conseguiu fugir para Paris, onde viveu até 1941. Em seguida, emigrou para os Estados Unidos, onde viveu até sua morte, em 1975.

1. Graduando do curso de Filosofia da Universidade Católica de Petrópolis, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4400-4604> e-mail: guilherme.contato@yahoo.com.br

O ensaio *Verdade e Política*, que ora tratamos, foi publicado pela primeira vez em *The New Yorker*, em fevereiro de 1967 e integrado ao livro *Between Past and Future*, editado no ano seguinte. Arendt nos informa em nota à edição original, que o ensaio foi motivado pela pretensa polêmica surgida após a publicação da sua obra *Eichmann em Jerusalém*. Entretanto, a autora reconhece que os problemas tratados ultrapassam as circunstâncias daquela polêmica. Arendt tentara tratar os dois problemas surgidos na polêmica, a saber: se é sempre legítimo dizer a verdade na política e o segundo problema seria o espanto da autora frente à quantidade de mentiras surgidas após a publicação da sua já referida obra.

Em *Verdade e Política*, Arendt constata que a verdade não é uma virtude considerada assídua na prática profissional da política. Mergulha, assim, nos questionamentos acerca dos porquês da dissociação verdade-política, investigando, sobretudo, sua relação com a natureza e com a dignidade da verdade e do próprio domínio público, incluindo a impotência da primeira, e a relação de ambos com o poder. Nenhuma persistência no ser, nenhuma perseverança na existência, em suma, nenhuma permanência de mundo pode ser assegurada se não houver ninguém disposto a dizer o que é e o que “lhes parece ser porque é”. Platão já intuía, na *República*, o destino reservado àqueles que corajosamente retornassem à caverna para falar a verdade testemunhada aos demais; conforme consta na derradeira sentença da alegoria da caverna: “caso fosse possível aos outros fazer uso das mãos e matá-lo, não lhe tirariam a vida?” (PLATÃO, 2000, p. 517a). Hobbes, por sua vez, termina a obra *Leviatã* com a afirmação: “[...]a verdade que não se opõe aos interesses ou aos prazeres de ninguém é bem recebida por todos os homens” (HOBBES, 2003, p. 592). Isso indica, afirma Arendt, que talvez, assim como Platão, Hobbes não confiasse na possibilidade de uma verdade aceita por todos os homens. As verdades aqui consideradas não são as verdades da razão, tais como as verdades matemáticas; essas não geram conflitos, pois não contrariam nenhuma ambição, posse ou cobiça.

A nossa pensadora faz uma distinção entre verdade de fato e verdade da razão.² Observa que a verdade, na época moderna, não é dada nem revelada pelo espírito humano, mas sim produzida por ele. Tal fato fez com que as verdades matemáticas, científicas e filosóficas, desde Leibniz, fossem conduzidas ao gênero comum das verdades da razão. Já as verdades de fato seriam aquelas confirmadas pelo rigor metodológico da História, ou seja, pelos fatos.

São os fatos e os acontecimentos que interessam a Arendt, pois são eles, engendrados pela ação dos homens, vivendo e agindo em conjunto, que formam a textura do espaço público. Logo, são as verdades de fato que servem como matéria prima da análise de Arendt. Sendo assim, “A dominação (para falar a linguagem de Hobbes), quando ataca a verdade racional, como que exorbita

² Arendt ressalta no texto *Verdade e Política* que não se preocupara em discutir neste texto a legitimidade dos dois gêneros de verdade apresentados e que apenas os utilizaria por questão de comodidade.

seu domínio, ao passo que combate em seu próprio terreno ao falsificar ou negar fatos mentirosamente” (ARENDR, 2016, p. 168). Às verdades de fato sempre restará a possibilidade da sua plena eliminação da história. As verdades da razão (axiomas, teorias, descobertas...) têm infinitamente mais chances de serem reproduzidas que uma verdade de fato (fatos ou eventos) tem de ser apagada da história, pois não há esforço racional que possa trazê-la de volta.

O contrário de uma verdade racional é, no campo da Ciência, um erro ou ignorância, e na Filosofia, uma ilusão ou opinião. Entretanto, para as verdades de fato, podemos considerar como seu contrário a mentira deliberada. Arendt observa que, na tradição filosófica, poucos ou ninguém se deu conta da possibilidade das mentiras organizadas.

A opinião carrega, pois, o estatuto de política e não a verdade; pois é a opinião que está em disputa. Na pólis grega, “[...] o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião, e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder” (2016, p. 170).

Ninguém chega e muito menos se sustenta no poder sem encontrar quem compartilhe da mesma opinião. Entretanto, “[...] toda pretensão, na esfera dos assuntos humanos, a uma verdade absoluta, cuja validade não requeira apoio do lado da opinião, atinge na raiz mesma toda a política e todos os governos” (ARENDR, 2016, p. 171).

Arendt observa que os vestígios históricos que sustentam o antigo antagonismo entre verdade e opinião praticamente desapareceram – pois a verdade revelada deixou de exercer o peso que tinha até o século XVIII, com a separação entre Estado e Igreja e a verdade do filósofo “há muito deixou de reclamar seus direitos” – mas, na prática, não é isso que se observa. Arendt se preocupa nesta análise estritamente com fatos conhecidos publicamente, entretanto transformados em tabu no espaço público, ou seja, “[...] passam a ser tratados como aquilo que não são, isto é – segredos” (ARENDR, 2016, p. 173).

A verdade de fato, apesar de se caracterizar por ser até mais fechada à discussão que a verdade filosófica, passa a ser posta em praça pública e frequentemente confrontada, não com mentiras, mas com a opinião. Logo a verdade volta à caverna, e ganha um *status* de “parece-ser”, de verossimilhança. Entretanto, a verdade de fato é de outra natureza, envolve outras pessoas, pois pressupõe testemunho e comprovação. Tal verdade passa a existir à medida que se fala sobre ela. Nota-se então que, embora estruturalmente diferentes, verdade de fato e opinião pertencem ao mesmo domínio, pois são políticos por natureza.

Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua

verdade fatural. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados (ARENDR, 2016, p. 174).

No confronto distintivo entre verdade (tanto as de fato como as racionais) e a opinião, fica evidente a oposição em seus modos de asseverar a validade. A verdade não está no campo da persuasão ou dissuasão, não é alterada por multidões, pois sua natureza é coercitiva e não persuasiva. Para ilustrar tal natureza, Arendt nos conta que:

Grotius [...] insistira – quando queria limitar o poder do príncipe absoluto – em que “mesmo Deus não pode fazer com que duas vezes dois não seja quatro”. Ele invocava a força coerciva da verdade contra o poder político (ARENDR, 2016, p. 176).

A natureza coercitiva da verdade expõe seu caráter despótico. A verdade não está aberta ao debate. Tanto os governos tirânicos, quanto os governos que se assentam no consentimento, não as veem com bons olhos. Os primeiros os odeiam por semelhança, ou seja, a natureza coercitiva da verdade compete com suas pretensões tirânicas e não dão margem a monopólios; enquanto os segundos a abominam por diferença, logo, pelo simples fato de rejeitarem a coerção.

O pensamento político é aberto ao debate. A verdade, seja de qualquer ordem, proscree o debate e as opiniões; afirma-se coercivamente e tiranicamente. Logo, a natureza de ambas conflita em sua essência. Pois, ao proscreever o debate, essência da vida política, a verdade coloca-se fora do campo político.

Arendt sustenta que a contingência e a resultante opacidade dos fatos, que são de uma maneira, mas poderiam ser de qualquer outra, não têm nenhuma razão conclusiva. Frente a tal accidentalidade dos fatos, tanto as filosofias pré-modernas quanto a filosofia moderna já tentaram opor certas necessidades.³ Assim, as verdades nem sempre se apresentam de forma mais auto evidente que a opinião, e talvez por tais razões “[...] os que sustentam opiniões acham relativamente fácil desacreditar a verdade fatural como simplesmente uma outra opinião” (idem, p. 176).

Tanto a verdade fatural como a verdade racional estão sujeitas a erros, porém, Arendt nota que o oposto da verdade fatural não é o erro ou a ilusão, e sim, a falsidade deliberada, ou seja, a mentira. Uma afirmação que deliberadamente muda a realidade dos fatos, sai do campo visto anteriormente como reservado às verdades (de fato ou racional), a saber, da coerção – aquele que não está sujeito ao debate e à opinião – e entra na esfera da ação. Em outras palavras, a tentativa de alterar ou apagar os fatos históricos é uma forma de ação. O mentiroso é um homem de ação.

³ A filosofia pré-moderna, frente à tal contingência buscou rejeitar os negócios humanos e a filosofia moderna buscou desde as necessidades dialéticas de um espírito universal a necessidades de uma pretensa natureza humana.

O enunciado dos fatos, desta forma caracterizada, não adquire *status* de ação,⁴ porque, de fato, pouca força tem em mudar a realidade, uma das mais legítimas finalidades da política. Entretanto, em um ambiente de mentira organizada, ou seja, em um contexto em que a comunidade adere ao mentir organizado, falar a verdade ganha estatuto político de primeira ordem.

Onde todos mentem acerca de tudo que é importante aquele que conta a verdade começou a agir; quer o saiba ou não, ele se comprometeu também com os negócios políticos, pois, na improvável eventualidade de que sobreviva, terá dado um primeiro passo para a transformação do mundo (ARENDDT, 2016, p. 182).

Entretanto, aquele que diz a verdade estará sempre em desvantagem, pois estará em desleal competição com um outro que tem a liberdade total de moldar os fatos “às meras expectativas de sua audiência”, posto que não tem compromisso com a verdade.

Naturalmente, a vitalidade com a qual Arendt lança luz ao tema e a abertura de possíveis relações que seu texto proporciona são imensuráveis. De forma que, dificilmente, a obra poderia ser aqui resumida sem perdas significativas. Contudo, apreendemos ser possível perceber, a partir do breve esboço apresentado, entre outras, o estatuto político da verdade em um ambiente de mentira organizada. É possível, a partir do texto de Arendt, abordar a discussão contemporânea, como viu-se no recente período pandêmico, da fragilidade das verdades de fato (incluindo as evidências científicas e estatísticas), quando esta é retirada de sua esfera própria e posta no âmbito da opinião. Por todo o exposto, compreendemos que o ensaio *Verdade e Política* deve constar como referência obrigatória nas prateleiras dos interessados nas implicações políticas da configuração de ambientes de mentira organizada e suas implicações políticas e filosóficas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. João Paulo Monteiro e outros. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

PLATÃO. **A República**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

4 Arendt, no entanto, não reduz a importância dos enunciados fatuais no encorajamento e fortificação das reivindicações de grupos étnicos e sociais.